



**CENTRO
PAROQUIAL
DA CHARNECA
DE CAPARICA**

REGULAMENTO INTERNO

ERPI

Rua da Bela Vista, Nº10 – Botequim 2820-663 Charneca de Caparica (Sede)
212 972 837
Rua Vale do Rosal – Palhais 2820-236 Charneca de Caparica (Centro de Dia)
212 960 466



CAPÍTULO I

Disposições gerais

Norma 1ª

Âmbito de aplicação

O Centro Social Paroquial da Imaculada Conceição da Charneca da Caparica, (CSPICCC) prossegue o bem público eclesial na sua área de intervenção, de acordo com as normas da Igreja Católica, e tem como fins a promoção da caridade cristã, da cultura, educação e a integração comunitária e social, na perspetiva dos valores do Evangelho, de todos os habitantes da comunidade onde está situado, especialmente dos mais pobres, conforme o artigo 3º, nº1 dos estatutos do CSPICCC, concretizando-se esses princípios inspiradores no artigo 3º nº 2 dos referidos estatutos.

Tem acordo de cooperação celebrado com o Centro Distrital de Setúbal do Instituto da Segurança Social, I.P, em 30/10/2002.

Esta resposta rege-se pelas seguintes normas:

Norma 2ª

Legislação aplicável

A estrutura residencial para pessoas idosas – ERPI - Lar Padre Roberto Sequeira (ERPI) é uma resposta social que consiste no alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados básicos de saúde.

O ERPI - Lar Padre Roberto Sequeira rege-se por normas e demais legislação em vigor, aplicáveis à resposta social.



Norma 3ª

Objetivos do regulamento

O presente regulamento interno de funcionamento aplica-se a resposta social de ERPI - ERPI - Lar Padre Roberto Sequeira e visa:

- 1) Promover o respeito pelos direitos dos utentes e demais interessados;
- 2) Assegurar a divulgação e o cumprimento das regras de funcionamento da ERPI - Lar Padre Roberto Sequeira.

Norma 4ª

Objetivos da estrutura residencial para pessoas idosas

- 1) Proporcionar serviços permanentes e adequados às necessidades biopsicossociais das pessoas idosas;
- 2) Assegurar um atendimento individual e personalizado em função das necessidades específicas de cada pessoa;
- 3) Promover a dignidade da pessoa e oportunidades para a estimulação da memória, do respeito pela história, cultura, e espiritualidade pessoais e pelas suas reminiscências e vontades conscientemente expressas;
- 4) Contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo;
- 5) Promover o aproveitamento de oportunidades para a saúde, participação e segurança e no acesso à continuidade de aprendizagem ao longo da vida e o contacto com novas tecnologias úteis;
- 6) Prevenir e despistar qualquer inadaptação, deficiência ou situação de risco, assegurando o encaminhamento mais adequado;
- 7) Contribuir para a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar;
- 8) Promover o envolvimento e competências da família.

E ainda, de acordo com cada caso:

- 9) Promover estratégias de manutenção e reforço da funcionalidade, autonomia e independência, do autocuidado e da autoestima e oportunidades para a mobilidade e atividade regular, tendo em atenção o estado de saúde e recomendações médicas de cada pessoa;
- 10) Promover um ambiente de segurança física e afetiva, prevenir os acidentes, as quedas, os problemas com medicamentos, o isolamento e qualquer forma de mau trato;



- 11) Promover a intergeracionalidade;
- 12) Promover os contactos sociais e potenciar a integração social;
- 13) Promover a interação com ambientes estimulantes, promovendo as capacidades, a quebra da rotina e a manutenção do gosto pela vida.

Norma 5ª

Serviços prestados e atividades desenvolvidas

- 1) A ERPI- Lar Padre Roberto Sequeira assegura a prestação dos seguintes cuidados e serviços:
 - a) Alojamento temporário ou permanente;
 - b) Alimentação adequada às necessidades dos utentes, respeitando as prescrições médicas;
 - c) Cuidados de higiene pessoal;
 - d) Tratamento de roupa;
 - e) Higiene dos espaços;
 - f) Cuidados de enfermagem, bem como o acesso a cuidados de saúde;
 - g) Administração de fármacos, quando prescritos.
- 2) A ERPI- Lar Padre Roberto Sequeira realiza ainda as seguintes atividades:
 - a) Atividades de animação sociocultural, lúdico-recreativas e ocupacionais;
- 3) A ERPI- Lar Padre Roberto Sequeira deve permitir:
 - a) Convivência social entre os utentes e com os familiares e amigos, com os cuidadores e com a própria comunidade;
 - b) A participação dos familiares ou representante legal, no apoio ao utente dentro das normas regulamentadas;
- 4) A ERPI - Lar Padre Roberto Sequeira assegura ainda outros serviços, nomeadamente:
 - a) Acompanhamento e transporte, a consultas assim como aos exames complementares de diagnóstico;
 - b) Diligências externas para aquisição de bens e serviços.
- 5) A ERPI - Lar Padre Roberto Sequeira presta assistência religiosa católica. Os utentes podem professar qualquer religião mas não é permitido o culto de outras confissões religiosas que não a católica.



CAPÍTULO II

Processo de admissão de utentes

Norma 6ª

Condições gerais de admissão

São condições de admissão na ERPI- Lar Padre Roberto Sequeira:

- 1) Pessoas com 65 ou mais anos que, por razões familiares, dependência, isolamento, solidão ou insegurança, não podem permanecer na sua residência;
- 2) Pessoas adultas de idade inferior a 65 anos, em situações de exceção devidamente justificadas;
- 3) Em situações pontuais, a pessoas com necessidade de alojamento decorrente da ausência, impedimento ou necessidade de descanso do cuidador.

Norma 7ª

Processo de candidatura

- 1) Para efeitos de admissão, o utente deverá efetuar a sua inscrição através do preenchimento de uma ficha de identificação que fará parte integrante do processo do utente, devendo fazer prova das declarações, mediante a entrega de cópias dos seguintes documentos:
 - a) BI ou Cartão do Cidadão do candidato e do representante legal, quando necessário;
 - b) Cartão de Contribuinte do candidato e do representante legal, quando necessário;
 - c) Cartão de Beneficiário da Segurança Social do candidato e do representante legal, quando necessário;
 - d) Cartão de Utente do Serviço Nacional de Saúde ou de Subsistema a que o candidato pertença;
 - e) Relatório do médico de família com o quadro clínico/saúde do utente;
 - f) Comprovativos dos rendimentos do candidato a saber:
 - i. De pensões;
 - ii. De prestações sociais;
 - iii. Prediais ou a declaração de compromisso de honra de não existência de rendimentos prediais;
 - iv. De capitais ou a declaração de compromisso de honra de não existência de rendimentos de capitais;

- v. Outras fontes de rendimento (exceto os apoios decretados para menores pelo tribunal, no âmbito das medidas de promoção em meio natural de vida).
 - g) Declaração assinada pelo utente ou seu representante legal em como autoriza a Informatização dos dados pessoais para efeitos de elaboração do processo individual;
 - h) Outros documentos considerados necessários;
-
- 2) A ficha de identificação (disponível nesta Instituição) e os documentos probatórios deverão ser entregues nos serviços administrativos da ERPI - Lar Padre Roberto Sequeira;
 - 3) Recebida a candidatura e após entrevista diagnóstica com o técnico de serviço social/coordenador técnico designado para o efeito, este regista o pedido de admissão;
 - 4) Os candidatos que reúnam as condições de admissão mas que não seja possível admitir por inexistência de vagas ficam inscritos e o seu processo arquivado em pasta própria, não conferindo, no entanto, qualquer prioridade na admissão. Tal facto é comunicado ao candidato ou seu representante legal, através de carta de admissibilidade;
 - 5) A candidatura é válida por um ano a contar da data de inscrição.

Norma 8ª

Critérios de admissão

São critérios de prioridade na seleção dos candidatos:

- 1) Ausência ou indisponibilidade da família para assegurar os cuidados necessários;
- 2) Isolamento social/abandono por parte da família;
- 3) Ter um familiar a frequentar a resposta social;
- 4) Concordância clara expressa pelo utente;
- 5) Situação económico-financeira precária;
- 6) Residência na área geográfica da resposta social;
- 7) Ser benfeitor da instituição.



Norma 9ª

Admissão

- 1) Compete ao técnico de serviço social/coordenador técnico elaborar a proposta de admissão, através de um relatório de análise e hierarquização dos candidatos;
- 2) É competente para decidir o processo de admissão a direção do Centro Social Paroquial Imaculada Conceição da Charneca da Caparica;
- 3) Da decisão será dado conhecimento ao candidato no prazo de 5 dias;
- 4) Em situações de emergência, a admissão será sempre a título provisório com parecer do Diretor/Coordenador Técnico e autorização da direção, tendo o processo tramitação idêntica às restantes situações;
- 5) No mês de admissão o cálculo da mensalidade é analisado casuisticamente.

Norma 10ª

Formalização da admissão

- 1) A admissão é formalizada por contrato escrito de prestação de serviços e de alojamento com o utente ou responsável, onde constem os direitos e obrigações das partes;
- 2) O contrato é elaborado em duplicado e assinado por ambas as partes, definindo os termos e condições da prestação de serviços, designadamente:
 - a) Direitos e obrigações da instituição e do utente;
 - b) Data de início e fim do período do contrato;
 - c) Condições de suspensão e/ou rescisão da prestação de serviços;
 - d) Definição da comparticipação familiar.
- 3) São assinados dois exemplares, um é entregue ao utente ou responsável e o outro é arquivado no processo individual do utente.
- 4) Qualquer alteração ao contrato é efetuada por mútuo consentimento e assinado pelas partes.
- 5) Caso o utente e ou seus familiares/representante legal se recusem a assinar o Contrato de Prestação de Serviços, será dado conhecimento da situação ao Instituto da Segurança Social, IP e agir-se-á em conformidade com o estipulado por este serviço.



Norma 11ª

Acolhimento de novos utentes

- 1) O acolhimento do utente será da responsabilidade da equipa técnica e levará em linha de consideração tanto as necessidades do utente, como o funcionamento da ERPI - Lar Padre Roberto Sequeira;
- 2) No ato de acolhimento o utente deverá ser acompanhado por familiares ou elemento da rede social de suporte;
- 3) Deve ser portador de relatório médico atualizado e medicação pelo menos para as duas primeiras semanas;
- 4) A integração obedecerá a um período de adaptação (60 dias), para avaliação da integração do utente na ERPI – Lar Padre Roberto Sequeira;
- 5) Durante este período é implementado um Programa de Acolhimento, previamente definido e que passa por:
 - a) Apresentar a equipa de colaboradores que mais articulem com o utente;
 - b) Apresentar os outros utentes;
 - c) Visita a todos os espaços da ERPI – Lar Padre Roberto Sequeira, incluindo os que não lhe estejam especificamente destinados;
 - d) Apresentar o programa de atividades da ERPI - Lar Padre Roberto Sequeira;
 - e) Informar dos instrumentos de participação dos utentes na vida do equipamento, nomeadamente através de sugestões e reclamações;
 - f) Divulgar os mecanismos de participação dos familiares;
 - g) Recordar os aspetos mais significativos do regulamento interno de funcionamento, nomeadamente no que se refere aos direitos e deveres de ambas as partes;
 - h) Elaborar a lista de pertences do utente.
- 6) Findo o período de adaptação acima referido e caso o utente não se integre, deve ser realizada uma avaliação do Programa de Acolhimento, identificando os fatores que determinaram a não integração.
- 7) Qualquer das partes pode denunciar o contrato de prestação de serviços, por escrito, com a antecedência mínima de trinta dias.



Norma 12ª

Processo individual do utente

- 1) Do processo individual do utente constam:
 - a) Identificação do utente;
 - b) Data de admissão;
 - c) Identificação e contacto de familiares ou representante legal;
 - d) Identificação do médico assistente;
 - e) Identificação da situação social;
 - f) Exemplar do contrato de prestação de serviços;
 - g) Processo de saúde, que possa ser consultado de forma autónoma;
 - h) Plano Individual de Cuidados (PIC);
 - i) Registo de períodos de ausência, bem como de ocorrências de situações anómalas;
 - j) Cessação do contrato de prestação de serviços com indicação de data e motivo.
- 2) O processo individual do utente é de acesso restrito nos termos da legislação aplicável.
- 3) Cada processo individual deve ser permanentemente atualizado.

CAPÍTULO III

Instalações e regras de funcionamento

Norma 13ª

Instalações

- 1) A ERPI- Lar Padre Roberto Sequeira está sediada na Rua da Bela Vista nº10, Botequim, 2820-663 Charneca de Caparica, e as suas instalações são compostas por:
 - a) Área de instalações para o pessoal;
 - b) Área de receção;
 - c) Área exterior de lazer;
 - d) Armazém;
 - e) Arrumos;



- f) Capela;
- g) Cozinha/despensa;
- h) Gabinete médico e de enfermagem;
- i) Gabinetes técnicos e administrativos;
- j) Instalações sanitárias para utentes e colaboradores;
- k) Jardim exterior;
- l) Lavandaria e rouparia;
- m) Quartos individuais; duplos e triplos;
- n) Salas de estar e de atividades;
- o) Salas de refeições;

- 2) Os espaços identificados com a devida sinalética são reservados aos colaboradores.
- 3) Os quartos destinam-se ao descanso dos utentes e são de acesso restrito.

Norma 14ª

Horário de funcionamento

A ERPI- Lar Padre Roberto Sequeira funciona todos os dias do ano, durante 24h00/dia.

Norma 15ª

Horário de visitas

- 1) O horário para visitas é diário e decorre entre as 14.00h às 18.00h;
- 2) As visitas a utentes muito dependentes, acamados ou temporariamente impedidos de fazer levantar, poderão decorrer no quarto e no horário das refeições.
- 3) As visitas que pretendam auxiliar o utente nas refeições devem pedir previamente autorização à equipa
- 4) Não é permitida a recolha de imagens e som dentro da ERPI- Lar Padre Roberto Sequeira sem o conhecimento prévio ou o consentimento da equipa técnica.



Norma 16ª

Cálculo do rendimento

- 1) O cálculo do rendimento do utente (RC) é realizado de acordo com a seguinte fórmula:

$$RC = RA/12 - D$$

Sendo que:

RC = Rendimento mensal do utente

RA = Rendimentos globais do utente (anual ou anualizado)

D = Despesas mensais fixas

- 2) Para efeitos de determinação do montante de rendimentos do utente (RC), consideram-se os seguintes rendimentos:

- a) De pensões;
- b) De prestações sociais;
- c) Prediais;
- d) De capitais;
- e) Outras fontes de rendimento (exceto os apoios decretados para menores pelo tribunal, no âmbito das medidas de promoção em meio natural de vida).

- 3) Para efeito da determinação do montante de rendimento disponível do agregado familiar, consideram-se as seguintes despesas fixas:

- a) O valor das taxas e impostos necessários à formação do rendimento líquido, designadamente do imposto sobre o rendimento;
- b) As despesas com saúde e a aquisição de medicamentos de uso continuado em caso de doença crónica;
- c) Despesas com transportes, até ao valor máximo da tarifa de transporte da zona da residência.



Norma 17ª

Tabela de comparticipações

- 1) O valor da comparticipação familiar mensal na ERPI- Lar Roberto Sequeira determina-se pela aplicação de uma percentagem sobre o rendimento *per capita*, variável entre 75% a 90% de acordo com o grau de dependência do utente.
- 2) À despesa referida em b) do n.º 3 da Norma 16ª é estabelecido como limite máximo do total da despesa o valor correspondente à RMMG; nos casos em que seja inferior à RMMG, é considerado o valor real da despesa.
- 3) Quanto à prova dos rendimentos do utente:
 - a) É feita mediante a apresentação da declaração de IRS, respetiva nota de liquidação e/ou outros documentos probatórios;
 - b) Sempre que haja dúvidas sobre a veracidade das declarações de rendimentos, ou a falta de entrega dos documentos probatórios, é livre a definição do montante da comparticipação do utente.
- 4) A prova das despesas fixas é feita mediante apresentação dos documentos comprovativos.
- 5) À comparticipação apurada nos termos do n.º1 desta Norma, pode acrescer uma comparticipação dos descendentes ou outros familiares, acordada entre as partes interessadas, mediante outorga de acordo escrito e com emissão do respetivo recibo, de forma individualizada.
- 6) O valor pago pelos descendentes ou outros familiares, destina-se a perfazer o diferencial do somatório entre a comparticipação do utente e a comparticipação da Segurança Social, até ao valor de referência anual disposto no Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário.
- 7) A forma de apuramento do montante acima referido deve atender à capacidade económica dos descendentes e outros familiares, avaliada de acordo com os rendimentos do agregado familiar e tendo em conta o número de elementos chamados à responsabilidade de comparticipação, não devendo a soma das comparticipações do utente e familiares exceder o valor de 120% do custo efetivo, salvo se houver dúvidas ou falta de apresentação da documentação solicitada, comprovativa dos rendimentos do agregado, caso em que é livre a determinação da comparticipação complementar.



Norma 18ª

Revisão da comparticipação familiar

- 1) Haverá lugar a uma redução de 10% da comparticipação familiar mensal, quando o período de ausência, devidamente fundamentado, exceder 15 dias seguidos.
- 2) As comparticipações familiares são revistas anualmente no início do ano civil, ou sempre que ocorram alterações, designadamente no rendimento *per capita* e nas opções de cuidados e serviços a prestar.
- 3) Não é permitido ao utente, familiares/representante legal procederem a alterações no valor das mensalidades

Norma 19ª

Pagamento da comparticipação familiar

- 1) O pagamento das mensalidades é efetuado até ao dia 11 do mês a que respeita, na Secretaria da Instituição, à exceção da primeira que deve ser paga no ato de admissão. Se a admissão se verificar na primeira quinzena do mês, o utente, familiares/representante legal será paga a totalidade da mensalidade. Se a admissão ocorrer após o dia 15 será pago 50% da mensalidade.
- 2) O pagamento da comparticipação familiar após o dia estipulado será acrescido de 10% sobre o valor da mensalidade;
- 3) A comparticipação familiar poderá ser paga em cheque, numerário na secretaria da ERPI - Lar Padre Roberto Sequeira e ainda por transferência bancária.
- 4) Todas as despesas que acrescem ao ponto anterior devem ser liquidadas aquando do pagamento da mensalidade imediatamente posterior à data da sua realização.
- 5) A aquisição de medicação, bens, serviços, e ajudas técnicas, descartáveis, consultas particulares, tratamentos não comparticipados pelo SNS bem como outras não previstas, são consideradas despesas adicionais e não estão incluídas no valor da comparticipação.
- 6) Perante ausências de pagamento superiores a sessenta dias, a Instituição poderá vir a suspender a permanência do utente até este regularizar as suas mensalidades, após ser realizada uma análise individual do caso.
- 7) Quando, após o falecimento do utente, se apresentem herdeiros dos seus bens que anteriormente não assumiram responsabilidades enquanto tal, a Instituição pode exigir-lhes o



pagamento das dívidas inerentes ao alojamento e serviços prestados e que se encontrem por liquidar.

CAPÍTULO IV

Da prestação dos cuidados e serviços

Norma 20ª

Prestação de cuidados e serviços

A ERPI- Lar Roberto Sequeira providencia a prestação dos seguintes serviços:

1) ALOJAMENTO

- a) Os utentes poderão movimentar-se pelo edifício, com exceção das zonas de acesso reservado aos colaboradores da instituição;
- b) Todos os aparelhos suscetíveis de perturbar o repouso dos demais utentes (ex. televisão, rádio) terão de ser desligados até às 23 horas;
- c) O critério de utilização do mobiliário geriátrico específico fica a cargo da equipa de saúde;
- d) Quando estritamente necessário, os utentes poderão ser transferidos de quarto.

Não é permitido:

- a) Fechar os quartos à chave;
- b) Acender velas e afins ou manter substâncias inflamáveis, tóxicas ou corrosivas nos quartos;
- c) Fumar nas instalações;
- d) Colocar aquecedores, ventoinhas, cobertores elétricos e outros nos quartos, sem a permissão, quer da equipa técnica, quer da direção;
- e) Colocar cadeados nos armários.

2) ALIMENTAÇÃO

- a) São fornecidas as seguintes refeições, de acordo com o horário estipulado:



- Pequeno-almoço: 8h – 9,30h
- Almoço: 12h00 – 13h00
- Lanche: 16h
- Jantar: 18h00/30-19h30
- Ceia: 22h00

- b) A ementa é da responsabilidade da instituição e encontra-se afixada em local visível;
- c) A alimentação servida tem em conta as necessidades nutricionais adequadas à idade e estado de saúde dos utentes;
- d) As dietas – desde que prescritas pelo médico ou recomendadas pela equipa de saúde da ERPI- Lar Padre Roberto Sequeira são de cumprimento obrigatório;
- e) Os alimentos específicos para dietas especiais ou outras especificidades são da responsabilidade dos utentes ou seus responsáveis legais;
- f) Sempre que o utente não efetue uma refeição, deverá dar conhecimento com, pelo menos, 3 horas de antecedência, a um elemento da equipa técnica ou a elemento designado para o efeito;
- g) O utente poderá ter no quarto alguns produtos alimentares desde que de natureza não perecível e devidamente acondicionados.
- h) Não é permitido o consumo de bebidas alcoólicas.

3) CUIDADOS DE HIGIENE PESSOAL

- a) O acompanhamento aos utentes é feito por pessoal com formação adequada durante 24 horas por dia, assegurando a prestação e/ou acompanhamento nos cuidados de higiene e conforto;
- b) A ERPI- Lar Padre Roberto Sequeira permite a prestação de serviços do exterior (i.e. fisioterapia, cabeleireiro, podologia) nas suas instalações, desde que tenha conhecimento antecipado dos mesmos e em horário conveniente. O pagamento é da responsabilidade do utente.

4) TRATAMENTO DA ROUPA DE USO PESSOAL DO UTENTE

- a) O utente, no ato de entrada deve trazer a roupa identificada com o número atribuído;
- b) Todas as roupas serão alvo de inventário e a ERPI- Lar Roberto Sequeira não se responsabiliza pelo extravio de roupas sem identificação;
- c) O tratamento das roupas de uso pessoal, de cama e atalhados é assegurada pela ERPI - Lar Padre Roberto Sequeira, salvo peças de material específico que exijam tratamento especializado (peles, tecidos delicados, etc.).



5) CUIDADOS DE SAÚDE

- a) A ERPI - Lar Padre Roberto Sequeira assegura a administração da medicação e tratamentos prescritos;
- b) Não é permitido às visitas, familiares ou outros utentes facultarem ou administrarem medicação;
- c) O utente não poderá tomar medicamentos sem prescrição médica ou sem a recomendação da equipa de saúde;
- d) Os cuidados de enfermagem são da responsabilidade da ERPI - Lar Padre Roberto Sequeira, salvo se a situação exigir meios humanos e materiais que não possua;
- e) Em situação de emergência, a ERPI - Lar Padre Roberto Sequeira garante os primeiros socorros, de acordo com os recursos disponíveis e articulará com os meios de socorro adequados à gravidade da situação (INEM; Bombeiros, Centros de Saúde, entre outros);
- f) As despesas de saúde que daí ocorrerem ficarão a cargo do utente;
- g) Os familiares ou representante legal serão avisados das situações de emergência.

6) ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL, LÚDICO-RECREATIVAS E OCUPACIONAIS

- a) A instituição promove a participação dos utentes em atividades recreativas, ocupacionais e culturais que constam do Plano de Atividades;
- b) As atividades disponibilizadas são maioritariamente gratuitas, mas algumas delas poderão implicar uma inscrição prévia e/ou pagamento;
- c) A Instituição considera como autorizados todos os passeios em que o utente queira participar;
- d) Caso os familiares/representante legal não deseje (m) que o utente participe, deverão comunicar esta decisão à ERPI- Lar Padre Roberto Sequeira;
- e) Durante os passeios os utentes são sempre acompanhados por colaboradores da instituição.

7) ACOMPANHAMENTO E DILIGENCIAS NO EXTERIOR

- a) Salvo menção expressa em contrário por parte do (s) familiar (es) /representante legal, o utente pode sair diariamente das instalações durante o horário estabelecido para o efeito, desde que na plena posse das suas capacidades físicas e mentais;
- b) São exceção ao ponto anterior os utentes que manifestamente não reúnam condições físicas e mentais para se orientarem autonomamente no exterior;
- c) Em caso de discordância deste procedimento, por parte do familiar/ representante legal, este obriga-se a assinar um termo de responsabilidade pela saída não supervisionada do utente;



- d) Durante o período de ausência do utente, a responsabilidade pelo que sucede no exterior não poderá ser imputável à ERPI- Lar Padre Roberto Sequeira;
- e) As saídas dos utentes devem ser comunicadas à equipa técnica ou a elemento designado para o efeito
- f) O acompanhamento a consultas e exames de diagnóstico é da responsabilidade da família/representante legal do utente, e na sua ausência, é feito por colaboradores da ERPI- Lar Padre Roberto Sequeira;
- g) O valor a cobrar pelo acompanhamento a consultas e/ou exames de diagnóstico está fixado em local visível;
- h) Sempre que o destino no exterior seja de âmbito supraconcelhio, acresce um valor adicional por cada km percorrido;

Norma 21ª

Quadro de pessoal

O quadro de pessoal afeto à resposta social ERPI- Lar Padre Roberto Sequeira encontra-se disponível para consulta, nos serviços de secretaria do equipamento, contendo informações sobre os recursos humanos, formação e conteúdo funcional, definido de acordo com a legislação em vigor.

Norma 22ª

Direção Técnica

- 1) A direção técnica da ERPI- Lar Padre Roberto Sequeira compete a um técnico, cujo nome, formação e conteúdo funcional se encontra afixado em local visível e a quem cabe a responsabilidade de dirigir o serviço, sendo responsável, perante a direção, pelo funcionamento geral do mesmo;
- 2) O diretor técnico é substituído, nas suas ausências e impedimentos, pelo técnico de serviço social.

CAPÍTULO V

Direitos e Deveres

Norma 23ª

Direitos e deveres dos utentes

1) São direitos dos utentes:

- a) Usufruir dos serviços e atividades em conformidade com o estipulado no regulamento interno;
- b) Ser tratado com dignidade e respeito;
- c) Ter a sua individualidade, intimidade e privacidade respeitadas;
- d) Obter a satisfação das suas necessidades básicas, físicas, psíquicas e sociais, usufruindo do plano de cuidados estabelecido e contratado;
- e) Gerir os seus rendimentos e bens com o apoio da Instituição, sempre que possível e necessário e quando solicitado pelo mesmo;
- f) Participar em todas as atividades, de acordo com os seus interesses e possibilidades;
- g) Ter acesso à ementa semanal;
- h) A inviolabilidade da correspondência;
- i) Apresentar reclamações e sugestões de melhoria do serviço aos responsáveis da Instituição;
- j) A articulação com todos os serviços da comunidade, em particular com os da saúde;
- k) Ser ouvido nas decisões que a ele dizem respeito;
- l) Receber visitas dos seus familiares e amigos;
- m) Conhecer todas as alterações respeitantes às condições da prestação de serviços e atividades.

2) São deveres dos utentes:

- a) Colaborar com a equipa da ERPI- Lar Padre Roberto Sequeira na medida das suas capacidades, não exigindo a prestação de serviços para além do plano estabelecido e contratualizado (se houver novas necessidades, pode justificar-se a revisão do contrato de prestação de serviços);
- b) Tratar com respeito e dignidade os funcionários da ERPI- Lar Padre Roberto Sequeira e os dirigentes da Instituição;



- c) Cuidar da sua saúde e comunicar a prescrição de qualquer medicamento que lhe seja feita;
- d) Participar na medida dos seus interesses e possibilidades, nas atividades desenvolvidas e em sugestões para melhoria do serviço;
- e) Proceder atempadamente ao pagamento da mensalidade, de acordo com o contrato previamente estabelecido;
- f) Observar o cumprimento das normas expressas no Regulamento Interno desta resposta social bem como de outras decisões relativas ao seu funcionamento;
- g) Zelar pela conservação e boa utilização dos espaços e bens da instituição;
- h) Comunicar por escrito à direção, com 30 dias de antecedência, quando pretender suspender o serviço temporária ou definitivamente.

Norma 24ª

Direitos e deveres do Centro Social Paroquial Imaculada Conceição da Charneca da Caparica

1) São direitos da instituição:

- a) Exigir o bom estado do edifício e dos seus equipamentos, sob pena de solicitar ao utente e familiares/representante legal, a devida reparação do dano;
- b) Ver reconhecida a sua natureza particular e, consequentemente, o seu direito de livre atuação e a sua plena capacidade contratual;
- c) À corresponsabilização solidária do Estado nos domínios da comparticipação financeira e do apoio técnico;
- d) Proceder à averiguação dos elementos necessários à comprovação da veracidade das declarações prestadas pelo utente e/ou familiares no ato da admissão;
- e) Fazer cumprir com o que foi acordado no ato da admissão, de forma a respeitar e dar continuidade ao bom funcionamento deste serviço;
- f) O direito de desencadear um processo de averiguações, sempre que os utentes, grave ou reiteradamente, violem as regras constantes do presente regulamento;
- g) O direito de suspender a prestação de serviços, sempre que os utentes, grave ou reiteradamente, violem as regras constantes do presente Regulamento, de forma muito particular, quando ponham em causa ou prejudiquem a boa organização dos serviços, as condições e o ambiente necessário à eficaz prestação dos mesmos, ou ainda, o relacionamento com terceiros e a imagem da própria instituição.



2) São deveres da instituição:

- a) Garantir o bom funcionamento da resposta social e assegurar o acompanhamento adequado a cada utente e o respeito pela sua dignidade, promovendo a participação dos mesmos na vida da ERPI- Lar Padre Roberto Sequeira;
- b) Criação e manutenção das condições necessárias ao normal desenvolvimento da resposta social, nomeadamente no que diz respeito ao recrutamento e seleção de colaboradores;
- c) Promover uma gestão que alie a sustentabilidade financeira com a qualidade global da resposta social;
- d) Colaborar com os Serviços da Segurança Social, assim como com a rede de parcerias adequada ao desenvolvimento da resposta social;
- e) Prestar os serviços constantes deste Regulamento Interno;
- f) Manter os processos dos utentes atualizados;
- g) Garantir o sigilo dos dados constantes nos processos dos utentes.

Norma 25ª

Depósito e guarda de bens dos utentes

- 1) A Instituição não se responsabiliza por objetos e valores que não tenham sido confiados à sua guarda;
- 2) Sempre que solicitado, a ERPI- Lar Padre Roberto Sequeira guardará os objetos e valores dos utentes. É feita uma lista dos bens entregues e assinada por quem entrega e por quem recebe o(s) artigo(s). Este registo é arquivado junto ao processo individual do utente;
- 3) A Instituição desaconselha que os utentes tragam consigo objetos de valor, designadamente peças de joalharia e metais preciosos.
- 4) Tendo em consideração os fins não lucrativos e o bem comum caso o utente ou a família queira entregar bens e valores à instituição, poderá fazê-lo mediante doação ou testamento.

Norma 26ª

Gestão de bens monetários

- 1) Toda a gestão financeira dos bens monetários dos utentes, quando efetuada pela direção da Instituição é acordada pelas partes e registada em documento próprio constante do processo individual do utente;



- 2) Os movimentos dos bens monetários dos utentes são efetuados mediante registo pelo técnico responsável, em documento próprio;
- 3) Poderá ser aberta uma conta corrente nos serviços de secretaria, para os utentes com autonomia para gerir bens monetários.

Norma 27ª

Interrupção da prestação de serviços

O utente que se ausente por 15 dias seguidos ou mais, terá uma redução de 10% na mensalidade devida.

Norma 28ª

Cessação da prestação de serviços

- 1) A cessação da prestação de serviços acontece por denúncia do contrato de prestação de serviços ou por morte do utente;
- 2) A denúncia do contrato de prestação de serviços deverá ser comunicada por escrito com a antecedência mínima de 30 dias;
- 3) Em caso de falecimento na primeira quinzena do mês, os herdeiros legítimos (mediante apresentação de documento legal) terão direito à devolução de 10% da mensalidade.
- 4) Em caso de falecimento na segunda quinzena do mês, não haverá lugar a devoluções.
- 5) Constituem fundamento para a cessação da prestação de serviços por iniciativa da ERPI- Lar Padre Roberto Sequeira as seguintes situações:
 - a) Fornecimento de elementos falsos no processo de admissão;
 - b) Consumo sistemático de bebidas alcoólicas;
 - c) Apropriação indevida de bens;
 - d) Prática reiterada de comportamentos considerados violentos, impróprios e/ou inadequados;
 - e) Situações em que o quadro clínico a elas associado torne incomportável o normal funcionamento da resposta social;
 - f) Ausência injustificada durante mais de 15 dias consecutivos;

Norma 29ª

Livro de reclamações e caixa de sugestões

- 1) Nos termos da legislação em vigor, a resposta social possui livro de reclamações, que será disponibilizado sempre que solicitado;
- 2) As sugestões poderão ser apresentadas à direção da instituição e equipa técnica.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Norma 30ª

Alterações ao regulamento

- 1) O presente regulamento será revisto, sempre que se verifiquem alterações no funcionamento da resposta social, resultantes da avaliação geral dos serviços prestados, tendo como objetivo principal a sua melhoria;
- 2) Quaisquer alterações ao presente regulamento serão comunicadas ao utente ou seu representante legal, com a antecedência mínima de 30 dias relativamente à data da sua entrada em vigor, sem prejuízo da resolução do contrato a que a estes assiste, em caso de discordância dessas alterações;
- 3) Será entregue uma cópia do regulamento interno ao utente ou representante legal ou familiar no ato de celebração do contrato de prestação de serviços.

Norma 31ª

Casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos por deliberação da direção do Centro Social Paroquial Imaculada Conceição da Charneca da Caparica à qual compete emitir as diretivas e instruções que se mostrem necessárias à execução do presente regulamento.

Norma 32ª Foro

competente

O foro competente para a resolução de eventuais litígios é o tribunal de Lisboa, secção de Almada.

Norma 33ª

Aprovação e entrada em vigor

- 1) O presente regulamento foi aprovado a 16 de janeiro de 2018.
- 2) A entrada em vigor será a 01 de fevereiro de 2018.

A Direção

A handwritten signature in blue ink, consisting of a series of loops and strokes, positioned below the text 'A Direção'.